

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Texto para as questões de 1 a 6.**

1 A sociedade contemporânea, definida por muitos
2 como pós-moderna, é caracterizada por um discurso
3 polissêmico, isto é, não há um sentido próprio atribuído
4 ao ser, tampouco à vida. Desse modo, cabe ao indivíduo a
5 busca por aquilo que o defina e, conseqüentemente, lhe
6 sirva de norte, dada sua extrema liberdade.

7 Apesar de toda essa liberdade, existe uma lei que
8 todos ainda devem seguir, a lei do mercado. O mercado,
9 assim, se apresenta como uma forma de sentido à vida,
10 moldando a personalidade dos indivíduos e construindo
11 seus valores. Entretanto, na sociedade de consumo,
12 as mercadorias não possuem apenas o valor de uso e de
13 troca, adquirindo, sobretudo, o valor simbólico, ou seja, os
14 objetos passam a determinar um referencial para as
15 pessoas.

16 Essa ideia é proposta pelo francês Jean Baudrillard,
17 segundo o qual os objetos possuem signos que são
18 impostos pelo sistema hegemônico. A mídia, por exemplo,
19 determina o valor que os produtos possuem por meio de
20 *slogans* que exaltam determinadas marcas. Dessa forma,
21 as pessoas são “retribalizadas” segundo o que consomem,
22 já que não é a personalidade que as define, mas, sim, o
23 que consomem.

24 É nesse ponto que o mercado age, associando o
25 consumo de determinados produtos a vidas
26 bem-sucedidas e felizes, o que faz pressupor que aqueles
27 que não consomem ou que consomem produtos sem
28 marca ou de marcas não renomadas são tristes, infelizes.
29 O mercado utiliza-se, portanto, do consumismo para
30 definir aquilo que o indivíduo deve ser (e ninguém projeta
31 uma vida infeliz).

32 As mercadorias, nesse contexto, são analisadas
33 pelo signo que comunicam – como uma vida
34 bem-sucedida –, deixando-se de considerar sua utilidade.
35 Sendo assim, pouco importa se determinado produto é ou
36 não, de fato, necessário; essa relação está obsoleta,
37 deve-se considerar o seu valor *sígnico*, ou seja, a
38 mensagem deixada pelo consumo de tal produto.

39 Nesse contexto de extrema liberdade, ser livre é
40 poder consumir o que se deseja. Todavia, ao se aceitar a
41 ideia construída em torno do consumo como significado
42 da existência, ganha-se como brinde a lei do mercado, e
43 nela o indivíduo não é apenas consumidor, é também
44 mercadoria e, sendo mercadoria, como qualquer outra, é
45 analisado pelos signos que possui perante a sociedade.
46 Assim, segundo Zygmunt Bauman, as pessoas buscam
47 pelo consumo aumentar seu valor *sígnico*, pois: “Na
48 sociedade de consumidores, todos nós somos
49 consumidores de mercadorias, e estas são destinadas ao
50 consumo; uma vez que somos mercadorias, nos vemos
51 obrigados a criar uma demanda de nós mesmos”.

52 Essa ‘demanda de nós mesmos’, como dito, é
53 construída pelo que consumimos, visto que, em uma
54 sociedade onde os valores são determinados por aquilo
55 que se consome, faz-se necessário consumir para possuir
56 valor, inclusive, enquanto indivíduos socialmente e
57 sexualmente atrativos para o mercado. E sempre haverá
58 outras oportunidades no mercado acenando com valores
59 maiores.

Internet: <www.revistapazes.com> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa correta em relação ao texto.

- (A) O texto, cuja tipologia é dissertativa, consiste em uma reflexão crítica acerca da sociedade de consumo.
- (B) No texto, são descritos os benefícios de uma política de mercado voltada para a defesa do consumidor.
- (C) No texto, estruturado em forma dissertativa, argumenta-se em favor do livre mercado.
- (D) O texto caracteriza-se como uma descrição pormenorizada das relações de consumo na sociedade contemporânea.
- (E) No texto, são narrados episódios que comprovam a importância da mídia na constituição do sujeito crítico.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa correta acerca de aspectos linguísticos do texto.

- (A) Na linha 12, o deslocamento do vocábulo “apenas” para imediatamente antes de “as mercadorias” não causaria prejuízo sintático ou semântico ao texto.
- (B) O conector “e” (linha 12) liga, por relação de coordenação, dois complementos verbais.
- (C) Os vocábulos “atribuído”, “indivíduo” e “mídia” são acentuados graficamente porque são paroxítonos.
- (D) Na linha 4, o emprego do acento indicativo de crase em “à vida” justifica-se pela regência do termo “tampouco” e pela presença do artigo definido feminino anteposto à “vida”.
- (E) A forma verbal “cabe” (linha 4) está no singular porque concorda com o termo “busca” (linha 5), núcleo do sujeito da oração.

QUESTÃO 3

Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso se substituísse

- (A) “obsoleta” (linha 36) por **equivocada**.
- (B) “*sígnico*” (linha 37) por **simbólico**.
- (C) “sendo mercadoria” (linha 44) por **embora seja mercadoria**.
- (D) “demanda” (linha 51) por **contestação**.
- (E) “haverá” (linha 57) por **existirá**.

QUESTÃO 4

Considerando os mecanismos de coesão no texto, assinale a alternativa em que há correta correspondência entre o termo destacado e o respectivo elemento de referência.

- (A) “o” (linha 5) – “aquilo” (linha 5)
- (B) “lhe” (linha 5) – “indivíduo” (linha 4)
- (C) “que” (linha 17) – “objetos” (linha 17)
- (D) “o” (linha 26) – “consumo” (linha 25)
- (E) “que” (linha 33) – “mercadorias” (linha 32)

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do texto: “O mercado, assim, se apresenta como uma forma de sentido à vida, moldando a personalidade dos indivíduos e construindo seus valores.” (linhas de 8 a 11).

- (A) **O mercado no entanto, apresenta-se como uma forma de sentido à vida, e molda a personalidade dos indivíduos assim como constroi seus valores.**
- (B) **O mercado, conquanto se apresente como uma forma de sentido à vida, molda a personalidade dos indivíduos e constrói seus valores.**
- (C) **O mercado, portanto, apresenta-se como modo de dar sentido à vida, tanto moldando a personalidade dos indivíduos quanto construindo seus valores.**
- (D) **Dessa forma, o mercado se apresenta como uma maneira de significar à vida, moldando, tanto a personalidade dos indivíduos, como construindo seus valores.**
- (E) **O mercado se apresenta dessa forma: do sentido à vida à moldar a personalidade dos indivíduos e à construir seus valores.**

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa correta no que se refere à classificação da oração subordinada destacada do texto.

- (A) “que exaltam determinadas marcas” (linha 20) – adjetiva com sentido explicativo
- (B) “já que não é a personalidade” (linha 22) – adverbial com sentido consecutivo
- (C) “para definir aquilo” (linhas 29 e 30) – adjetiva com sentido restritivo
- (D) “se determinado produto é ou não, de fato, necessário” (linhas 35 e 36) – adverbial com sentido condicional
- (E) “ao se aceitar a ideia construída em torno do consumo como significado da existência” (linhas de 40 a 42) – adverbial com sentido temporal

QUESTÃO 7

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no dia 30 de agosto de 2017 a estimativa da população brasileira, com data de referência em 1.º de julho de 2017. São 207,7 milhões de habitantes no País, divididos em 5.570 municípios. A taxa de crescimento em relação a 2016 foi de 0,77%.

Internet: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>> (com adaptações).

Tomando o texto apenas como referência inicial, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o IBGE, Goiânia é a capital do Centro-Oeste com menor densidade demográfica, que se mostra ligeiramente inferior a 1.500 hab/km².
- (B) Em relação a 2016, o estado de Goiás apresentou crescimento populacional inferior à média nacional.
- (C) Goiás, segundo a estimativa realizada pelo IBGE, possui um contingente que supera ligeiramente 10% da população brasileira.
- (D) As estimativas populacionais são um dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União no cálculo do fundo de participação de estados e municípios, servindo também como base para diversos indicadores sociais, econômicos e demográficos.
- (E) A região Centro-Oeste concentra apenas três municípios com mais de um milhão de habitantes.

QUESTÃO 8

Na segunda metade do século XIX, como resultado do ritmo de transformação da estrutura econômica produtiva do Centro-Sul do País a partir do alargamento da fronteira agrícola, ocorreu uma expansão das estradas de ferro, com o prolongamento das ferrovias paulistas para além dos limites do estado de São Paulo. Os trilhos seguiram em direção a outros estados, como no caso de Goiás, com a construção da Estrada de Ferro Goiás, ligando-se à Estrada de Ferro Mogiana, localizada em solo mineiro.

Internet: <www.revistas.ufg.br> (com adaptações).

A justificativa da construção da ferrovia goiana estava ancorada no(na)

- (A) posição assumida pelo estado de Goiás como região produtora e fornecedora de produtos agrícolas básicos para os mercados da região Sudeste.
- (B) pensamento, predominante naquele momento, de que a construção da nova capital do estado demandaria ligações ferroviárias com o restante do País.
- (C) significativa produção de café no sul goiano, que seria majoritariamente encaminhada ao porto de Santos, em São Paulo, por via férrea.
- (D) necessidade de escoar a vasta produção de minerais, como níquel e fosfato, produzidos no norte goiano.
- (E) possibilidade de que funcionasse como vetor de transferência maciça dos imigrantes que chegavam de Minas Gerais.

QUESTÃO 9

As décadas de 1970 e 1980 foram extremamente importantes para as transformações ocorridas no estado de Goiás, em especial no tocante à agricultura, favorecida por ações do governo federal, notadamente, e estadual, secundariamente.

Internet: <www.cpgls.pucgoias.edu.br>.

A respeito do momento histórico e econômico a que o texto se reporta, assinale a alternativa correta.

- (A) Assim como ocorrera na Sudam e na Sudene, contempladas com a criação de bancos para financiamento da produção agrícola, à Sudeco foi incorporado o Banco do Brasil Central, cujos aportes financeiros permitiram o surgimento de estruturas de transporte para o escoamento da produção.
- (B) Caracteriza esse período o estímulo à agricultura por meio de órgãos como a Companhia de armazéns e silos do estado de Goiás (Casego) e a Empresa de assistência técnica e extensão rural (Emater-GO).
- (C) Foram privilegiadas as pequenas propriedades e a agricultura familiar, em um esforço para ampliar a produção destinada ao mercado interno estadual.
- (D) Consoante a política nacional de preservação ambiental daquele momento, procurou-se inibir práticas agrícolas que resultassem em desmatamento ou danos ambientais.
- (E) Apesar de criada em 1967 para fomentar o desenvolvimento agrícola regional, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) cumpriu papel apenas secundário na modernização da economia e da agricultura goianas.

QUESTÃO 10

Com relação à ética, à moral e a princípios e valores, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao examinar documentos fiscais, livros comerciais e estoques para apuração de infração contra o consumidor, o fiscal poderá mitigar o princípio da legalidade quando achar que, com a conduta correta, prejudicará seus correligionários.
- (B) A ética no serviço público deve ter foco no respeito à coisa pública. Dessa forma, pode-se buscar um clientelismo e insistir no planejamento do serviço público com foco no cidadão, ponderando se é cabível um tratamento equânime e imparcial ao público.
- (C) Em uma diligência no atendimento às reclamações formuladas pelos consumidores, notadamente aquelas que necessitem de verificação *in loco*, com vistas à comprovação de possível prática infracional, o fiscal das relações de consumo deverá ter uma postura consciente, crítica, responsável e capaz de autodeterminar-se.
- (D) Como princípio da Administração Pública, a moralidade consiste na possibilidade de o administrador ter margem de discricção, podendo agir ao sabor exclusivo de suas paixões e crenças individuais e manipulando as regras de direito, por exemplo, na lavratura de autos de infração.
- (E) A compreensão da moral prescinde do estudo da ética e, por ser um conjunto de valores universais intersubjetivos, independe do ambiente histórico de cada sociedade. Assim, mesmo que certas condutas passem a ser entendidas como erradas no meio social, isso não significa que tenha ocorrido mudança na concepção do que seja moral ou ético.

QUESTÃO 11

Nos termos da Lei n.º 10.460/1988, que consiste no Estatuto dos funcionários públicos civis do estado de Goiás e de suas autarquias, assinale a alternativa correta.

- (A) Remoção é quando há a mudança de sede do funcionário, a pedido ou de ofício, no quadro a que pertence ou em outro assemelhado, mediante preenchimento de claro de lotação, sem se modificar, entretanto, sua situação funcional.
- (B) Reversão é a investidura do funcionário em outro cargo mais compatível com sua capacidade física ou intelectual ou quando, comprovadamente, revelar-se inapto para o exercício de atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo que venha ocupando, sem causa que justifique sua demissão ou exoneração, podendo efetivar-se de ofício ou a pedido.
- (C) Funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo de provimento efetivo, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos. Desse conceito, excluem-se os comissionados.
- (D) Diz-se que o fiscal das relações de consumo entrou em exercício quando lavra seu primeiro auto de constatação e termo de depósito nos casos previstos na legislação consumerista, mesmo que anteriormente tenha executado atividades atribuídas a seu cargo.
- (E) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual tenha sido nomeado.

QUESTÃO 12

Acerca de ética, moral e democracia, assinale a alternativa correta.

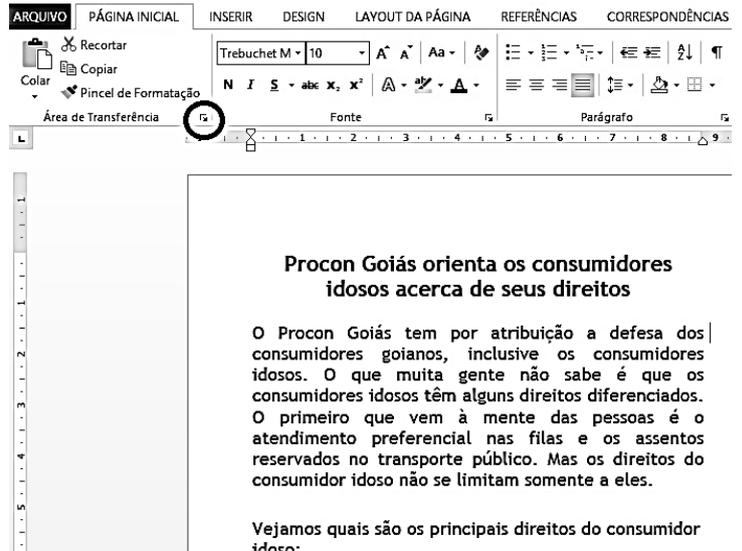
- (A) A ética e a moral podem ser consideradas como alicerces da cidadania, entendida esta como o exercício pleno dos direitos civis, sociais e políticos.
- (B) A subversão do significado de servir ao público e a corrupção são ideias que se afastam e podem resultar da reflexão de uma conduta ética.
- (C) Em uma democracia, é dispensável pensar em condutas éticas capazes de melhorar a consciência dos cidadãos e o fomento da igualdade e da garantia da dignidade.
- (D) A eficiência e a impessoalidade são princípios que norteiam o pensar no bem comum e, por isso, priorizam os fins, independentemente dos meios escolhidos.
- (E) A impessoalidade e a eficiência não se relacionam diretamente, pois a imparcialidade e a igualdade de tratamento não acarretam melhoria da prestação do serviço público.

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 13

Com relação à alteração de senhas de usuários por meio de terminal (console) no sistema operacional Linux, assinale a alternativa correta.

- (A) Com o comando `passwd`, um usuário consegue mudar sua própria senha.
- (B) Para que o usuário *root*, o superusuário, consiga alterar a senha de um usuário qualquer, ele precisará conhecer a senha atual desse usuário antes de alterá-la.
- (C) Para alterar a senha dos usuários, utiliza-se o comando `password`.
- (D) Por ser um sistema operacional seguro, a alteração de senhas, via console, não é permitida.
- (E) Apenas o usuário *root* tem o privilégio de alterar senhas.

QUESTÃO 14

A partir da figura acima, que representa parte da tela de edição do Microsoft Word 2013, e considerando que o usuário efetue um clique com o botão esquerdo do *mouse* sobre o iniciador no canto inferior direito do grupo Área de Transferência, marcando com um círculo, assinale a alternativa correta.

- (A) Após o clique, a guia Página Inicial permanecerá oculta.
- (B) Após o clique, o grupo Área de Transferência permanecerá oculto.
- (C) Não executará ação alguma, pois nenhum texto foi selecionado.
- (D) Após o clique, a área de transferência será exibida, mostrando seu conteúdo, como, por exemplo, os textos e elementos gráficos copiados ou recortados.
- (E) Após o clique, a área de transferência será esvaziada caso possua algum conteúdo.

QUESTÃO 15

No que diz respeito às características do programa de navegação Google Chrome, assinale a alternativa correta.

- (A) Com ele, é possível abrir no máximo cinco guias.
- (B) Por se tratar de um *software* proprietário, não permite que o usuário apague dados de navegação.
- (C) O Google Chrome possui uma caixa de pesquisa chamada omnibox, que possui o recurso de preenchimento automático.
- (D) Uma de suas desvantagens é a velocidade, pois é um navegador que apresenta lentidão ao ser iniciado a partir da área de trabalho.
- (E) O Google Chrome, desde seu desenvolvimento, é considerado como um navegador complexo em função dos diversos botões e recursos disponíveis em seu *layout*.

Texto para as questões 16 e 17.

O Procon-Goiás divulgou o *ranking* das cinquenta empresas com mais reclamações dos consumidores junto ao órgão durante o mês de setembro de 2017. A tabela a seguir, compilada do *ranking* de atendimentos, apresenta a classificação das reclamações por categoria das reclamadas: Empresa de telecomunicações; Instituição financeira; Seguradora; Concessionária de serviço público do estado de Goiás, e Outras reclamadas no *ranking* das cinquenta maiores. Houve 6.668 reclamações ao longo desse mês.

Quantidades	No <i>ranking</i> das cinquenta maiores reclamadas					Demais reclamadas acima do <i>ranking</i> das cinquenta maiores
	Empresa de telecomunicações	Instituição financeira	Seguradora	Concessionária de serviço público do estado de Goiás	Outras reclamadas no <i>ranking</i> das cinquenta maiores	
De reclamadas	7	21	4	2	16	
De reclamações	2.172	1.584	117	134	522	2.139

Internet: <www.procon.go.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 16

Entre as categorias apresentadas na tabela, a de menor média de reclamações por empresa reclamada é a

- (A) Concessionária de serviço público do estado de Goiás.
- (B) Outras reclamadas no *ranking* das cinquenta maiores.
- (C) Empresa de telecomunicações.
- (D) Instituição financeira.
- (E) Seguradora.

QUESTÃO 17

Selecionando-se uma reclamação entre as relacionadas às cinquenta maiores empresas ranqueadas, a probabilidade de essa reclamação não pertencer ao grupo Empresa de telecomunicações nem ao grupo Instituição financeira será

- (A) inferior a 0,2.
- (B) superior a 0,2 e inferior a 0,4.
- (C) superior a 0,4 e inferior a 0,6.
- (D) superior a 0,6 e inferior a 0,8.
- (E) superior a 0,8.

RASCUNHO

Texto para as questões de 18 a 20.

Muitos municípios possuem a famosa lei dos quinze minutos, que limita em quinze minutos o tempo máximo de espera dos clientes na fila para atendimento nos bancos, exceto nos dias de pico, em que o tempo máximo é de trinta minutos.

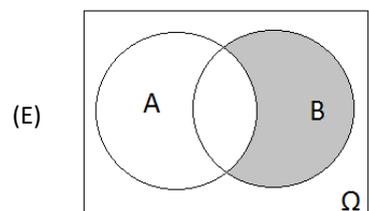
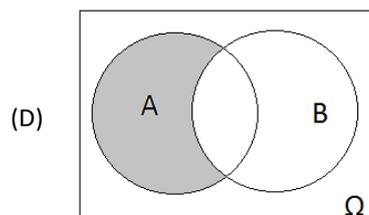
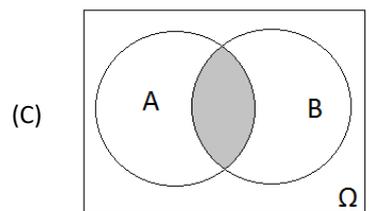
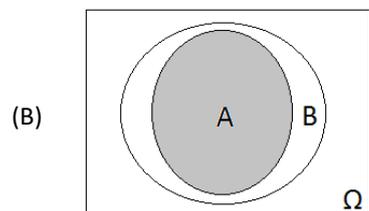
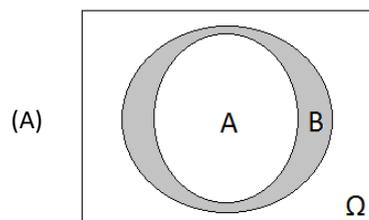
QUESTÃO 18

Considerem-se os seguintes conjuntos:

A: conjunto dos dias em que os tempos de espera em fila de banco não superam quinze minutos; e

B: conjunto dos dias em que os tempos de espera em fila de banco não superam trinta minutos.

Com base na descrição dos conjuntos acima e no texto, assinale a alternativa que apresenta a representação correta do diagrama lógico associado à operação **B – A**.

**Texto para as questões 19 e 20.**

Sejam P_1 e P_2 as premissas e C a conclusão. Sob essa hipótese, $P_1 \wedge P_2 \rightarrow C$ se constitui em um argumento. Seja P_1 : “É um dia de pico”. Seja P_2 : “O tempo máximo de espera na fila de uma agência bancária não superou trinta minutos”. Seja C : “A agência bancária não pode ser alvo de reclamação junto ao Procon”.

QUESTÃO 19

Considerando o período: “Se é um dia de pico e o tempo máximo de espera na fila de uma agência bancária não superou trinta minutos, então a agência bancária não pode ser alvo de reclamação junto ao Procon”, assinale a alternativa que apresenta a representação lógica que lhe está corretamente associada.

- (A) $\sim(P_1 \vee P_2) \vee C$
 (B) $\sim(P_1 \wedge P_2 \wedge \sim C)$
 (C) $\sim(P_1 \wedge P_2) \rightarrow \sim C$
 (D) $\sim C \rightarrow \sim P_1 \wedge \sim P_2$
 (E) $P_1 \wedge (P_2 \rightarrow C)$

QUESTÃO 20

A quantidade de linhas da tabela-verdade associada ao argumento $P_1 \wedge P_2 \rightarrow C$ é igual a

- (A) 16.
 (B) 8.
 (C) 4.
 (D) 2.
 (E) 1.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Assinale a alternativa correta de acordo com a doutrina e o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- (A) Os contratos que regulem as relações de consumo obrigarão os consumidores, ainda que os respectivos instrumentos sejam redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.
- (B) Na relação de consumo, incumbe ao consumidor o ônus de buscar as informações necessárias sobre o negócio jurídico que pretenda celebrar.
- (C) A relação de consumo é regida pela regra *caveat praebitor* (acautele-se fornecedor), que impõe ao fornecedor uma obrigação de diligência na atividade de esclarecer o consumidor, sob pena de responsabilização subjetiva por eventual dano causado.
- (D) A relação de consumo é regida pela regra *caveat emptor* (acautele-se comprador), que impõe ao fornecedor uma obrigação de diligência na atividade de esclarecer o consumidor, sob pena de desfazimento do negócio jurídico.
- (E) O dever de informação constitui um dos princípios consecutórios lógicos da boa-fé objetiva positivada no CDC.

QUESTÃO 22

No que se refere às cláusulas abusivas segundo o CDC, assinale a alternativa correta.

- (A) É válida a cláusula contratual relativa ao fornecimento de serviços que determine a utilização compulsória de arbitragem.
- (B) São anuláveis, entre outras, as cláusulas contratuais, relativas ao fornecimento de produtos, que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
- (C) Na venda a crédito, é assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
- (D) Em regra, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida todo o contrato.
- (E) O consumidor é o único legitimado a requerer ao Ministério Público o ajuizamento da competente ação para que seja declarada a nulidade de cláusula contratual que não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

QUESTÃO 23

Conforme o CDC, é permitido ao fornecedor de produtos ou serviços, sem que sua conduta seja considerada como prática abusiva,

- (A) enviar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto.
- (B) recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque e, ainda, em conformidade com os usos e costumes.
- (C) condicionar o fornecimento de um produto ao fornecimento de outro produto ou serviço.
- (D) proibir o ingresso, em estabelecimentos comerciais, de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo.
- (E) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e a autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

QUESTÃO 24

A respeito da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, assinale a alternativa **incorreta** segundo a doutrina e o CDC.

- (A) O CDC estende o conceito de consumidor àqueles que, mesmo não tendo sido consumidores diretos, acabam por sofrer as consequências do acidente de consumo, sendo também chamados de *bystanders*.
- (B) O fabricante não elide o dever de indenizar ainda que demonstre que o produto inserido no mercado não possui defeito capaz de causar dano ao consumidor.
- (C) Há vício de segurança quando o produto, por defeitos de projeto, fabricação ou montagem, possui periculosidade superior à que dele normalmente se espera, ocasionando acidentes de consumo, como explosões e ausência de freio de automóveis.
- (D) A responsabilidade pelo fato do produto não dispensa a prova do dano e do nexos causal.
- (E) A responsabilidade pelo fato do produto é objetiva e, portanto, prescinde da análise de culpa.

QUESTÃO 25

À luz da doutrina e do CDC, assinale a alternativa correta acerca de contrato de adesão.

- (A) Os contratos celebrados verbalmente não poderão ser considerados como de adesão.
- (B) As estipulações unilaterais do Poder Público estão excluídas do conceito legal de contrato de adesão.
- (C) A inserção de cláusula no formulário descaracteriza a natureza de adesão do contrato.
- (D) É inadmissível cláusula resolutória nesse tipo de contrato.
- (E) Toda estipulação contratual que implicar qualquer limitação de direito do consumidor deverá ser redigida com destaque, de modo a permitir sua imediata e fácil compreensão.

QUESTÃO 26

No que se refere à responsabilidade por vício do produto e do serviço, assinale a alternativa correta com base na doutrina e no CDC.

- (A) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, mesmo quando identificado claramente seu produtor, em razão do risco de deterioração do produto nas prateleiras do comerciante.
- (B) O prestador de serviço tem o dever jurídico de empregar, nos consertos e nas reparações de qualquer natureza, componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, em caso de autorização em contrário do consumidor.
- (C) A ignorância sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços escusa o fornecedor, eximindo-o de responsabilidade.
- (D) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, mas permite a exoneração contratual do fornecedor.
- (E) O serviço prestado é defeituoso quando houver disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária. Nesse caso, só resta ao consumidor exigir o abatimento proporcional do preço.

QUESTÃO 27

Com relação à decadência e à prescrição, assinale a alternativa correta segundo a doutrina e o CDC.

- (A) Quando se tratar de responsabilidade civil por vícios aparentes do produto, o prazo decadencial será de trinta dias caso se trate de produtos não duráveis.
- (B) É imprescritível a pretensão à reparação por danos causados por fato do produto ou do serviço.
- (C) A instauração de inquérito civil, até seu encerramento, não obsta a decadência.
- (D) Em se tratando de vício oculto, o prazo decadencial iniciar-se-á no momento em que o consumidor retirar o produto da loja.
- (E) A durabilidade ou não do produto ou serviço é o único critério adotado no CDC para a fixação do prazo decadencial de reclamação de vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos ou serviços.

QUESTÃO 28

Segundo o CDC, algumas sanções podem ser aplicadas pela autoridade administrativa no âmbito da respectiva jurisdição. Considerando essa informação, assinale a alternativa que **não** apresenta uma delas.

- (A) desconsideração da personalidade jurídica
- (B) cassação de licença do estabelecimento ou de atividade
- (C) apreensão do produto
- (D) revogação de concessão ou permissão de uso
- (E) imposição de contrapropaganda

QUESTÃO 29

Conforme o CDC, toda informação ou publicidade suficientemente precisa vincula o fornecedor. Assim, na hipótese de recusa no cumprimento da oferta ou publicidade, o consumidor poderá

- (A) aceitar outro produto ou prestação de serviço, ainda que não equivalente.
- (B) rescindir o contrato, com direito à restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, mas sem direito a perdas e danos.
- (C) rescindir o contrato, sem direito à restituição da quantia paga.
- (D) exigir o cumprimento forçado da obrigação, com direito a produto ou serviço com qualidade superior aos termos da oferta ou publicidade.
- (E) exigir o cumprimento forçado da obrigação nos termos da oferta ou publicidade.

QUESTÃO 30

Acerca das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, assinale a alternativa correta de acordo com a doutrina e o CDC.

- (A) Proposta a ação, é facultativa a publicação de edital no órgão oficial a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes.
- (B) A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e por seus sucessores, mas não por órgãos públicos como o Procon.
- (C) É conferida ao Ministério Público a legitimação para atuar sempre como fiscal da lei, inclusive nas ações por ele ajuizadas.
- (D) Excetuada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local, no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.
- (E) Em caso de procedência do pedido, a condenação será individualizada para cada consumidor.

QUESTÃO 31

Segundo o CDC, é enganosa a publicidade

- (A) capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial à sua saúde.
- (B) que incite à violência.
- (C) que se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança.
- (D) que despreze valores ambientais.
- (E) capaz de induzir ao erro o consumidor a respeito das características, da qualidade e da quantidade de um produto.

QUESTÃO 32

A respeito da defesa dos consumidores em juízo a título coletivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, nas ações coletivas para a defesa dos consumidores, haverá adiantamento de custas, emolumentos e honorários periciais.
- (B) As entidades e os órgãos da Administração Pública especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC, como o Procon, têm legitimidade para defesa dos consumidores em juízo a título coletivo.
- (C) O Ministério Público poderá exercer a defesa do consumidor em juízo, desde que sejam interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos do CDC, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria.
- (D) As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano que incluam, entre seus fins institucionais, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, mediante expressa autorização em assembleia, são legitimadas para sua defesa em juízo.
- (E) A União não está elencada entre os legitimados para a defesa dos consumidores em juízo a título coletivo.

QUESTÃO 33

Com relação às sanções administrativas impostas pelo Procon, assinale a alternativa correta de acordo com o CDC e a doutrina.

- (A) O Procon não tem atribuição legal para multar instituição financeira que viole o CDC.
- (B) O Procon, por deter jurisdição e em virtude de seu poder de polícia, poderá exercer o controle de legalidade das cláusulas contratuais.
- (C) É vedada ao Procon a análise de contratos a fim de aplicar multas e outras penalidades aos fornecedores de produtos ou serviços.
- (D) O Procon possui a atribuição legal de aplicar multas aos fornecedores de produtos ou serviços, observada a proporcionalidade, mediante ponderação sobre a gravidade da infração, vantagem auferida e condição econômica do fornecedor, independentemente de procedimento administrativo.
- (E) No âmbito da tutela dos interesses difusos e coletivos, duas das funções da multa administrativa se destacam: a punição do infrator *in concreto* e a dissuasão *in abstracto* de infratores potenciais.

QUESTÃO 34

No que se refere à proteção contratual, assinale a alternativa correta conforme o CDC.

- (A) O consumidor pode arrepender-se e desistir do contrato, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento do produto, se o contrato de consumo for concluído fora do estabelecimento comercial.
- (B) No caso de contratação por telefone, se o consumidor exercer o direito de arrependimento, não terá direito ao reembolso das quantias pagas.
- (C) A redação das cláusulas contratuais deve ser feita de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor para que a obrigação por ele assumida para com o fornecedor possa ser exigível.
- (D) Apenas as cláusulas contratuais cuja redação seja ambígua ou obscura serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.
- (E) As declarações de vontade constantes de pré-contratos relativos às relações de consumo não vinculam o fornecedor.

QUESTÃO 35

Segundo o CDC e a doutrina, assinale a alternativa correta quanto à convenção coletiva de consumo.

- (A) A convenção poderá ter por objeto obrigação de dar ou fazer.
- (B) Entidades civis de consumidores, associações de fornecedores e sindicatos poderão realizar a convenção oralmente ou por escrito.
- (C) É um meio de solução de conflitos coletivos em que fornecedores e consumidores, por meio de suas entidades representativas, estabelecem condições para certos elementos da relação de consumo, de modo a atuarem nos contratos individuais.
- (D) A convenção poderá ter por objeto uma cláusula que impeça a eficácia de algum mandamento do CDC.
- (E) A convenção não poderá ter por objeto qualquer cláusula relativa à qualidade do produto.

QUESTÃO 36

Acerca dos estados de defesa e de sítio, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambos possuem características de temporariedade e necessidade.
- (B) No estado de sítio, não poderá haver restrição aos direitos fundamentais dos cidadãos.
- (C) O estado de defesa poderá ser decretado em casos de guerra.
- (D) O estado de sítio poderá ser decretado para preservar a paz social em casos de calamidade.
- (E) No estado de sítio, poderá haver ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos em casos de calamidade pública.

QUESTÃO 37

Acerca de constituições, seus conceitos e suas classificações, assinale a alternativa correta.

- (A) Constituições ortodoxas ou compromissórias são aquelas que procuram conciliar ideologias opostas e surgem a partir da convergência entre as forças políticas e sociais.
- (B) Constituições flexíveis são aquelas em que a alteração de suas normas se dá por processo análogo ao de qualquer outra lei, sendo característica própria, mas não exclusiva, de constituições costumeiras.
- (C) O conteúdo das constituições é variável no tempo e no espaço e os assuntos nelas constantes são limitados e equivalentes em todos os Estados Democráticos de Direito.
- (D) As constituições escritas são também conhecidas como consuetudinárias e baseiam-se em tradições, costumes e convenções, o que garante uma maior segurança jurídica.
- (E) Quanto à estabilidade, as constituições podem ser classificadas como flexíveis, semirrígidas, rígidas, liberais e dogmáticas.

QUESTÃO 38

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a alternativa correta.

- (A) Entre os direitos coletivos, podem ser mencionados a liberdade de associação profissional e sindical, o direito de greve, o direito de propriedade e o direito à vida.
- (B) São condições de elegibilidade para quaisquer cargos federais a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral e a idade mínima de 25 anos.
- (C) Com o fim de apurar infrações contra o consumidor, poderá o fiscal quebrar o sigilo das correspondências e comunicações das empresas, independentemente de autorização judicial.
- (D) Os direitos fundamentais são o núcleo mínimo de proteção que o Estado deverá garantir aos cidadãos e, por isso, são inalienáveis e imprescritíveis.
- (E) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, razão pela qual não se admite em nenhuma hipótese a pena de morte.

QUESTÃO 39

São princípios da Administração Pública previstos expressamente na CF:

- (A) imparcialidade; impessoalidade; moralidade; sigilo; e eficácia.
- (B) moralidade; eficácia; eficiência; prudência; proporcionalidade; e austeridade.
- (C) legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade; e eficiência.
- (D) competência; legalidade; parcialidade; eficácia; e praticidade.
- (E) legalidade; perseverança; publicidade; eficácia; e especificidade.

QUESTÃO 40

A respeito dos Poderes Legislativo e Executivo, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Legislativo tem como função típica legislar e é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos vereadores e do Senado Federal.
- (B) Enquanto a Câmara dos deputados compõe-se de representantes do povo, o Senado Federal representa os estados e o Distrito Federal.
- (C) Os ministros de Estado serão escolhidos entre brasileiros maiores de 25 anos de idade e terão como atribuição celebrar tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- (D) Os deputados não poderão ser controladores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público desde a posse, mas isso não se aplica aos senadores.
- (E) Desde o dia da eleição, os deputados e senadores serão submetidos a julgamento apenas pelo Supremo Tribunal Federal. A isso dá-se o nome de prerrogativa de foro.

QUESTÃO 41

São funções essenciais à justiça o Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Públicas. Com relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É uma função institucional do Ministério Público defender os interesses das populações indígenas, restando privativamente à Defensoria Pública o dever de promover a ação penal pública.
- (B) É exclusiva a legitimação do Ministério Público para promover ação civil e penal públicas, visando à proteção dos direitos dos consumidores.
- (C) Cabe ao Ministério Público, como instituição permanente, a defesa dos interesses sociais, nos quais se incluem os direitos difusos e coletivos.
- (D) A Defensoria Pública é responsável pela assistência judiciária da União e pela consultoria jurídica dos entes federados, de forma integral e gratuita, em defesa dos direitos humanos.
- (E) A União é representada extrajudicialmente pela Advocacia-Geral da União e judicialmente pela Defensoria Pública dos estados, tanto nas causas cíveis quanto nas criminais.

QUESTÃO 42

No que se refere ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal é a corte constitucional brasileira, formada por onze ministros nomeados pelo presidente da República, e tem como função o controle de constitucionalidade das leis.
- (B) A organização da justiça estadual é de responsabilidade concomitante da União, dos estados-membros e dos municípios, observados os princípios estabelecidos na CF.
- (C) O Poder Judiciário, assim como os demais Poderes, possui funções típicas e atípicas e, por sua finalidade, é um poder que se subdivide em 27 esferas para atender as demandas de todo o Brasil.
- (D) São órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais e juízes do trabalho e o Ministério Público.
- (E) Compete ao Superior Tribunal Federal processar e julgar mandados de segurança e *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais regionais do trabalho.

QUESTÃO 43

São agentes políticos

- (A) os que se constituam em formadores de opinião do Estado, como os analistas legislativos e os doutrinadores.
- (B) os titulares de cargos estruturais à organização política do País, como os governadores e os prefeitos.
- (C) os servidores das agências reguladoras, desde que possuam vínculo de natureza política.
- (D) apenas o presidente da República, seus ministros, deputados e senadores.
- (E) os que possuam relação de trabalho de caráter não eventual, sob vínculo de dependência, com a Administração.

QUESTÃO 44

Entende-se por poder de polícia administrativo o(a)

- (A) atividade do Estado que limite a liberdade e a propriedade em prol de interesses coletivos.
- (B) capacidade de uma pessoa jurídica de direito privado exercer atividades de segurança pública, mediante autorização estatal.
- (C) prerrogativa concedida aos policiais para utilizar arma de fogo no exercício da profissão.
- (D) meio pelo qual o Estado defina políticas de segurança pública.
- (E) poder de caráter unicamente positivo em que se exija do cidadão uma conduta de fazer ou de dar.

QUESTÃO 45

São atributos do ato administrativo a

- (A) supremacia e a subsidiariedade.
- (B) complementariedade e a sanidade.
- (C) simplicidade e a obediência.
- (D) executoriedade e a presunção de legitimidade.
- (E) complexidade e a assertividade.

QUESTÃO 46

São serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado o(a)

- (A) exploração de portos e a seguridade social.
- (B) aproveitamento energético dos cursos de água e a assistência social.
- (C) saúde e a educação.
- (D) serviço postal e o correio aéreo nacional.
- (E) transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e a educação.

QUESTÃO 47

A CF entende por controle interno dos três Poderes aquele que

- (A) é realizado pelo Tribunal de Contas e pelas comissões parlamentares de inquérito.
- (B) compreende o controle sistemático exercido diretamente pelo Congresso Nacional.
- (C) é desempenhado por órgãos distintos da Administração para controle de operações de crédito.
- (D) compreende o controle parlamentar direto e o controle jurisdicional.
- (E) tem por finalidade avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

QUESTÃO 48

Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Está limitada à indenização por atos ilícitos e comissivos.
- (B) A omissão estatal não é causa para sua responsabilização civil.
- (C) A teoria da responsabilidade objetiva do Estado pressupõe a hipossuficiência do administrado em relação ao Poder Público.
- (D) Atualmente, utiliza-se, como regra, a teoria da irresponsabilidade do Estado.
- (E) Decorre tão somente de atos ilícitos praticados por seus agentes.

QUESTÃO 49

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, tomada de preços é a modalidade de licitação entre

- (A) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- (B) interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (D) interessados do ramo pertinente a seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade em que manifestarem interesse, com antecedência de até 24 h da apresentação das propostas.
- (E) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 dias.

QUESTÃO 50

Com relação à teoria geral do direito societário e ao conceito, à personificação e à classificação das sociedades, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato de sociedade é um negócio jurídico plurilateral por meio do qual duas ou mais pessoas, naturais ou jurídicas, ajustam entre si a constituição de uma sociedade, que poderá ou não ter personalidade jurídica; as pessoas que dele participarem se obrigarão a contribuir, reciprocamente, com bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica.
- (B) A sociedade é uma coletividade de pessoas. Sendo assim, os incapazes, que não poderão ser titulares de bens, também não poderão ser titulares de quotas ou ações das sociedades simples ou empresárias.
- (C) Nas sociedades em conta de participação, existem os sócios ostensivos e os ocultos, sendo ambos responsáveis pela negociação com terceiros e pela realização da prestação e ambos partilhando, em consequência, os respectivos resultados.
- (D) As sociedades dividem-se em simples e empresárias, sendo exemplos destas últimas as sociedades por ações e as sociedades cooperativas.
- (E) Para a constituição de uma sociedade, deve-se observar a forma estritamente prescrita em lei, isto é, não será válido um contrato de sociedade que não respeite a forma legal.

QUESTÃO 51

O artigo 887 do Código Civil Brasileiro conceitua como título de crédito o documento necessário ao exercício literal e autônomo nele contido, somente produzindo efeito quando preencher os requisitos previstos na lei. Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os títulos de crédito não estão sujeitos a outros princípios ou requisitos jurídicos, bastando atender os requisitos de validade previstos em lei.
- (B) Como regra, além da literalidade do crédito contida em uma cártula, a legislação permite que outros elementos constem do título de crédito, como, por exemplo, a estipulação de juros, a proibição de endosso e a exclusão da responsabilidade por despesas, desde que expressamente escritos no documento.
- (C) Tomando por base os princípios dos títulos de crédito e a expressão documento necessário, é correto afirmar que se refira ao princípio da literalidade, por meio do qual o cumprimento do direito expresso no documento só se fará com sua apresentação.
- (D) O princípio da cartularidade poderá ser afastado quando o credor receber o título de crédito em fotocópia devidamente autenticada em cartório, uma vez que este procedimento lhe concederá a validade jurídica necessária.
- (E) O princípio da autonomia pode ser entendido como aquele em que o crédito, para que possa circular, necessita de que a obrigação representada pelo título não dependa de mais nada do que esteja literalmente escrito no documento, não estando vinculado ao negócio jurídico de onde se originou a cártula.

QUESTÃO 52

A intervenção do Judiciário para permitir a recuperação da empresa, evitando sua falência, se possível, faz-se em reconhecimento da função social que as empresas desempenham. Considerando os conceitos e princípios da recuperação empresarial, assinale a alternativa correta.

- (A) Sujeitam-se à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que estejam vencidos à época do requerimento.
- (B) O princípio da função social da empresa reflete-se, por certo, no princípio da preservação da empresa, que dele é decorrente e que compreende a continuidade das atividades de produção de riquezas como um valor que deva ser protegido sempre que possível.
- (C) A recuperação judicial é reconhecida como a institucionalização da moratória ou, como preferem alguns, do “calote”, uma vez que seus resultados não podem ser contrários aos interesses econômicos do empresário ou da sociedade empresária.
- (D) Por vedação expressa da lei, o empresário ou a sociedade empresária que já tenha falido(a) não poderá requerer recuperação judicial.
- (E) Por se tratar de direito personalíssimo, na hipótese de morte do empresário, a recuperação judicial não poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, por herdeiros do devedor ou por inventariante.

QUESTÃO 53

Dispõe o artigo 1.º do Código Civil que “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”, enquanto o artigo 2.º assevera que “a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida”. Acerca dos conceitos de capacidade e personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Para individualização da pessoa natural no seio da sociedade e da família, usa-se o prenome e o sobrenome, sendo vedada pela lei sua alteração, exceto nos casos em que exponha a pessoa ao ridículo.
- (B) O atual Código Civil dispõe que os direitos da personalidade possuem as mesmas características dos direitos de ordem patrimonial e, por consequência, conteúdo econômico imediato, podendo, ainda, destacar-se da pessoa de seu titular.
- (C) A partir do nascimento com vida, o ente passa a ser sujeito de direitos e deveres, tornando-se, porém, requisito inafastável, sendo que sua ocorrência ou não determina consequências da mais alta relevância, inclusive no aspecto sucessório.
- (D) Sendo transitória a causa da impossibilidade de expressão da vontade, não se pode considerar uma pessoa como absolutamente incapaz.
- (E) A existência da pessoa natural somente termina com a morte natural ou física.

QUESTÃO 54

Com base nos conceitos e nas consequências da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) É válida a renúncia à prescrição, desde que expressa, sem prejuízo a terceiros e realizada depois que a prescrição se consumar.
- (B) Como regra, os prazos prescricionais são os definidos por lei, contudo, por acordo das partes, esses prazos e, ainda, as causas de interrupção e suspensão poderão ser alterados.
- (C) Segundo um critério clássico de distinção, a decadência atinge diretamente a ação e, por via oblíqua, faz desaparecer o direito por ela tutelado, enquanto a prescrição, ao contrário, atinge diretamente o direito e, por consequência, extingue a ação.
- (D) A prescrição pode ser classificada como aquisitiva e extintiva, uma vez que, em seu conceito, o decurso do tempo, elemento comum às duas espécies, tem influência tanto para se adquirir direitos quanto para extingui-los.
- (E) A prescrição, a preempção e a preclusão são institutos que geram a perda de direitos ou faculdades, sendo que as duas primeiras são de natureza material e a última, de natureza processual.

QUESTÃO 55

Bem, em sentido filosófico, é tudo o que satisfaça uma necessidade humana. Juridicamente, o conceito de coisas corresponde ao de bens. No que se refere à classificação dos bens, é correto afirmar que

- (A) os frutos e produtos dos bens reciprocamente considerados possam ser objeto de negócio jurídico, desde que separados do bem principal.
- (B) os bens considerados em si mesmos possam ser divididos em móveis e imóveis, sendo que os primeiros são adquiridos pela simples tradição e os segundos dependem de escritura pública e registro em cartório competente.
- (C) sejam bens fungíveis os bens móveis ou imóveis que possam ser substituídos por outros da mesma espécie e qualidade e na mesma quantidade.
- (D) os bens possam ser divididos em consumíveis e não consumíveis, sendo que estes últimos, embora utilizados, preservam suas qualidades para os fins a que se destinem e, quando sofrem deterioração, perecendo suas primitivas formas e utilidades, incluem-se no conceito de bens consumíveis.
- (E) os bens naturalmente divisíveis possam se tornar indivisíveis por determinação da lei, não se admitindo que, mediante um negócio jurídico, se estabeleça a indivisibilidade da coisa.

QUESTÃO 56

A respeito da Lei n.º 12.933/2013 (benefício de meia-entrada), assinale a alternativa correta.

- (A) À entidade que, comprovadamente, emitir, de modo irregular, carteiras estudantis, poderá ser imposta multa e suspensão temporária da autorização para emití-las, sem prejuízo das sanções administrativas e penais aplicáveis aos responsáveis pela irregularidade.
- (B) Considere-se que um jovem de 24 anos de idade, com baixa renda, esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Sendo assim, ele fará jus à meia-entrada, desde que sua renda familiar mensal seja de até quatro salários mínimos.
- (C) O acesso dos estudantes a salas de cinema e teatros, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral, é cumulativo com quaisquer outras promoções e convênios.
- (D) Em regra, o benefício da meia-entrada para pessoas com deficiência não abarca seu acompanhante.
- (E) A concessão do direito ao benefício da meia-entrada é assegurada em 30% do total dos ingressos disponíveis para cada evento.

QUESTÃO 57

Com base na legislação especial que regulamenta o Procon-Goiás e o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração não poderá anular seus próprios atos, mesmo que eivados de vício de legalidade, podendo, no entanto, revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (B) É facultada a fixação dos números de telefones do Procon-GO e da comissão de defesa dos direitos do consumidor da Assembleia Legislativa do estado de Goiás, em local visível ao público, nos estabelecimentos comerciais do sistema financeiro e de prestação de serviços.
- (C) No processo administrativo, sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam assegurados, o administrado, facultativamente, poderá fazer-se representar por advogado, exceto quando obrigatória a representação por força de lei.
- (D) O processo administrativo terá tramitação prioritária quando figurar como parte ou interessada pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos ou pessoa portadora de deficiência/necessidades especiais e, sendo direito personalíssimo, tal prioridade, no caso de morte daquele beneficiário, não se estenderá em favor de seu cônjuge ou companheiro(a) em união estável.
- (E) Para o início do processo administrativo, é necessário o requerimento do interessado que, salvo em casos em que seja admitida solicitação oral, deverá ser formulado por escrito, não se admitindo, portanto, a abertura de ofício do processo administrativo.

QUESTÃO 58

Acerca da Lei n.º 8.429/1992 (improbidade administrativa), assinale a alternativa correta.

- (A) Na ação de improbidade, inexistente um juízo de deliberação para recebimento da petição inicial.
- (B) Os atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública poderão ser praticados de forma dolosa ou culposa.
- (C) O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública em virtude de imputação de atos de improbidade administrativa.
- (D) O juiz poderá decretar a indisponibilidade de bens do indiciado quando estiverem presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo que cause dano ao Erário.
- (E) Na ação de improbidade administrativa, são permitidas a transação e a conciliação.

QUESTÃO 59

Com relação a crimes contra a ordem tributária e contra as relações de consumo, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui crime contra a ordem tributária elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.
- (B) Constitui crime contra a ordem tributária misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes para vendê-los ou expô-los à venda como puros.
- (C) Constitui crime contra as relações de consumo deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativo à venda de mercadoria.
- (D) Constitui crime contra as relações de consumo alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- (E) Constitui crime contra as relações de consumo fraudar preços por meio de divisão em partes de bem ou serviço habitualmente oferecido à venda em conjunto.

QUESTÃO 60

Tomando por base os princípios e as regras que regem as contratações no comércio eletrônico, assinale a alternativa correta.

- (A) O consumidor deverá exercer seu direito de arrependimento por meio da mesma ferramenta utilizada para a contratação dos serviços ou produtos.
- (B) Quando o consumidor realizar demandas referentes à informação, à dúvida, à reclamação, à suspensão ou a cancelamento do contrato, o fornecedor terá o prazo de sete dias para manifestação.
- (C) O fornecedor, buscando facilitar a relação com o consumidor, poderá informar os meios adequados e eficazes para o exercício do direito de arrependimento.
- (D) Uma vez que se trata de comércio eletrônico, não é necessário que o fornecedor disponibilize o contrato ao consumidor em meio que permita sua conservação e reprodução.
- (E) O exercício do direito de arrependimento implica a rescisão do contrato principal e dos contratos acessórios, sem qualquer ônus para o consumidor.